

1  
2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
3 **GEOGRAFIA REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2020**  
4  
5  
6

7 Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte, às 14:00 horas, via plataforma Google Meet,  
8 foi realizada reunião ordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da  
9 Universidade Federal de Juiz de Fora, convocada e presidida pela Coordenadora Prof.<sup>a</sup> Clarice Cassab.  
10 A reunião se deu em ambiente virtual devido às medidas de isolamento social impostas em função da  
11 pandemia de Covid-19. Além da Coordenadora, estiveram presentes os seguintes professores: Bruno  
12 Milanez, Cássia de Castro M. Ferreira, Elias Lopes de Lima, Geraldo César Rocha, Maria Lúcia Pires  
13 Menezes, Miguel Fernandes Filipe, Pedro José de Oliveira Machado, Roberto Marques Neto, Ricardo  
14 Tavares Zaidan e Wagner Batella. Estiveram presentes ainda a representante discente Aline de Vieira  
15 Souza e o representante dos Técnicos Administrativo (TAE), Bruno Goulart Cunha. Havendo *quórum*  
16 regimental, a Prof.<sup>a</sup> Clarice Cassab, na qualidade de presidente, deu início à reunião. **Ordem do dia: 1)**  
17 **Nova Minuta de E.R.E para a pós-graduação:** o primeiro ponto de pauta da reunião foi a respeito da  
18 nova minuta de E.R.E de médio prazo. A Coordenadora falou que a mesma trouxe poucas alterações  
19 em relação à anterior e alguns elementos que se aproximam à minuta de graduação. Disse que a  
20 intenção é que ela seja aprovada no CSPP para ser então colocada em votação no Consu. Pontuou que a  
21 maior diferença é que esta não traz a necessidade de consentimento dos discentes para o oferecimento  
22 de disciplina pelo programa. O prof. Elias pediu a palavra para colocar que a minuta deveria trazer de  
23 modo mais explícito a informação de que trata das disposições de retorno de médio prazo. Que fez uma  
24 busca e constatou que a expressão “médio prazo” aparece apenas no “considerando”. O Prof. Roberto  
25 perguntou se existe a obrigatoriedade das aulas serem gravadas. A Coordenadora respondeu que esta  
26 foi uma questão discutida no fórum, e que ficou para ser levada a debate no Conselho de Pós-  
27 Graduação. Aproveitou para dizer que outro tema discutido foi a obrigatoriedade do professor  
28 disponibilizar a bibliografia na pós-graduação. Disse terem chegado a um consenso de que o professor  
29 não é obrigado. Que desse modo a minuta passou a dizer apenas que o professor deve  
30 “preferencialmente” disponibilizar os materiais aos alunos, e não obrigatoriamente como estava no  
31 texto anterior. Informou que a Pró-reitoria trabalha com a ideia de abertura de modo controlado da  
32 biblioteca, liberando acesso aos discentes no médio prazo. O Prof. Miguel perguntou se na pós-  
33 graduação existiria alguma recomendação para que as disciplinas sejam oferecidas na forma  
34 assíncrona. A Coordenadora respondeu que esta é uma orientação para a graduação, mas que não tem  
35 previsão na minuta de pós. O Prof. Zaidan perguntou como devem os professores disponibilizar  
36 bibliografia se restar definida a obrigatoriedade. A Coordenadora disse que deve ser feito nos mesmos  
37 moldes do que é feito com a graduação, não se podendo colocar na plataforma de ensino materiais  
38 inteiros que não sejam de acesso livre e que não respeitem a legislação de direitos autorais. O prof.  
39 Miguel relatou uma experiência pessoal, que verbalmente indicou três livros como bibliografia  
40 complementar a seus alunos e muito rapidamente todos eles conseguiram cópias do material. O prof.  
41 Elias afirmou que para tratar de temas na sua disciplina com profundidade tem de se valer de livros,  
42 que somente artigos não dão conta das temáticas. A Coordenadora disse que tomou nota de todas as  
43 ponderações e que irá levar as considerações do Colegiado para a próxima reunião do CSPP, que a  
44 tendência é que a minuta seja aprovada e remetida ao Consu; **2) Edital de seleção para ingresso no**  
45 **PPGEO/UFJF 2021.:** A Coordenadora abriu a discussão do ponto lembrando que a proposta de  
46 edital elaborada pela comissão de processo seletivo foi enviada por e-mail a todos os membros do  
47 Colegiado previamente a presente reunião. Em seguida passou a palavra aos membros da Comissão  
48 para discorrerem sobre a minuta de edital. O prof. Miguel fez a relatoria dos trabalhos. Disse que  
49 procuraram seguir todas as diretrizes da Capes, Propp/UFJF e ANPEGE a respeito da realização de  
50 processos seletivos cem por cento remotos. Colocou que a comissão não se sentiu confortável em  
51 determinar para um processo totalmente *online* a realização de prova oral e prova de conteúdo. Que  
52 estas avaliações seriam viesadas e prejudicadas pelas possibilidades dos candidatos estabelecerem  
53 contato uns com os outros, de consultarem materiais durante a realização das provas e de colocarem  
54 outra pessoa para participar da etapa em seu lugar. Diante disso a prova oral e a prova escrita foram  
55 descartadas e substituídas por uma carta de interesse/memorial. Que estes são mecanismos utilizados  
56 em processos seletivos principalmente de doutorado. O prof. Miguel falou que a aplicação de prova  
57 escrita de proficiência em língua estrangeira por sua vez foi retirada do processo seletivo e deslocada  
58 para um momento futuro, durante a realização do curso. Que desse modo os aprovados não se eximirão  
59 de ter de comprovar a proficiência. O prof. Miguel destacou que diante dessas mudanças estruturais  
60 outras menores também tiveram de ser pensadas e que principalmente, o sistema de pesos das etapas  
61 teve de ser repensado e encontra-se especialmente aberto a reflexões. Pontuou que a primeira etapa,  
62 que é eliminatória, será a de avaliação de projetos. Disse existir a preocupação de que sejam recebidas  
63 muitas inscrições, porque não é cobrada taxa de inscrição e também porque o processo é totalmente

64 remoto, o que possibilita a participação de pessoas de todo o país. Com vistas a evitar que o processo  
65 siga com um grande número de candidatos, a comissão propôs que cada professor aprove apenas  
66 quatro dos anteprojetos em forem indicados como orientadores, para que assim as próximas etapas do  
67 concurso possam ser promovidas com tranquilidade. Os professores Vicente e Maria Lúcia destacaram  
68 as dificuldades observadas pela comissão na aplicação de uma prova escrita online que garanta a lisura  
69 e a participação igualitária de um possível grande número de inscritos, dada a facilidade de inscrição.  
70 O prof. Ricardo Zaidan pediu a palavra para sugerir que os professores indicados pelos candidatos  
71 conversem entre si com relação aos projetos que receberem, com vistas a aprovarem os melhores  
72 projetos, observada também a divisão de orientação dentre professores do programa, para que todos  
73 recebam projetos. A professora Cássia trouxe algumas ideias sobre processo seletivo remoto debatidas  
74 nos fóruns da Anpege dos quais participou: aplicação de prova escrita com tempo menor de realização,  
75 para evitar que os candidatos tivesse a possibilidade de fazer grandes consultas; substituição da prova  
76 escrita por prova oral; retirada da prova escrita do edital. A representante discente Aline sugeriu a  
77 utilização do Google Docs para aplicação da prova escrita e sobre a distribuição de anteprojetos  
78 defendeu que esta fosse feita em duas etapas, de início aos indicados na primeira colocação e depois  
79 aos indicados na segunda posição. O prof. Geraldo disse sobre a prova escrita que mesmo que esta seja  
80 aplicada por tempo menor, não afasta a possibilidade de ser realizada por outra pessoa que não o  
81 candidato inscrito. Manifestou preocupação com a quantidade de candidatos habilitados para a  
82 realização da prova oral, que podem fazer com que ela dure vários dias. O Prof. Pedro defendeu que os  
83 professores possam aprovar o número de projetos que acreditarem serem bons, sem limitação  
84 numérica. O prof. Ricardo Zaidan disse que uma possibilidade de substituição da prova escrita é a  
85 aplicação de prova oral nos moldes da prova aula, com duração de vinte minutos e com tema fornecido  
86 antes, para se avaliar a desenvoltura do candidato. O prof. Miguel disse a respeito das proposições dos  
87 colegas que se todos os primeiros e segundos indicados aprovarem o mesmo número de projetos, o que  
88 é improvável de ocorrer, o processo seletivo ainda seguirá com um bom número de candidatos.  
89 Colocou que a indicação de orientador é apenas uma consulta, mas que quem define as orientações é o  
90 Colegiado, de modo que problemas de distribuição podem ser corrigidos ao final do processo seletivo.  
91 Pontuou que existe uma dose de subjetividade que é inerente a toda seleção. Que a prova escrita é  
92 interessante, mas que a sua aplicação pareceu inviável aos olhos da comissão. O prof. Roberto  
93 manifestou preocupação com o peso da prova de entrevista e perguntou se ela está bem estruturada  
94 para evitar grandes questionamentos sobre o resultado. O prof. Vicente respondeu que entrevista tem  
95 uma objetividade pautada no que o aluno registrou em seu memorial e na sua carta de interesse. Com  
96 vistas a sanear as questões levantadas, a Coordenadora identificou dois temas que mereceram ser  
97 postos em votação: a aplicação ou não de prova escrita de conteúdo para os candidatos e a limitação ou  
98 não do número de projetos de pesquisa aprovados. Por unanimidade foi ratificada a proposta da  
99 comissão de não se prever no edital a aplicação de prova escrita de conteúdo como etapa do processo  
100 seletivo turma 2021. Por onze votos a favor, dois votos contrários (Pedro José de Oliveira Machado e  
101 Ricardo Tavares Zaidan) e duas abstenções (Roberto Marques Neto e Aline de Vieira Souza) foi  
102 aprovado o item 4.1.6.1 do edital, que prevê que “cada docente poderá encaminhar para aprovação no  
103 máximo 4 (quatro) anteprojetos indicados para sua orientação”. Por unanimidade foi também aprovada  
104 a sugestão do prof. Vicente para que a relação final de anteprojetos aprovados seja ratificada pelo  
105 Colegiado e não pela Comissão de processo seletivo. A discussão do ponto prosseguiu para análise da  
106 segunda etapa, apenas classificatória, de avaliação da carta de interesse/memorial. A respeito da etapa  
107 foi dito pelo prof. Miguel que a avaliação tem certa dose de subjetividade, mas que possui critérios  
108 objetivos: a norma culta da língua portuguesa, a coesão e coerência textual, o perfil do candidato, seu  
109 histórico de atuação acadêmico-profissional, a aderência da proposta com as linhas de pesquisa do  
110 PPGEO-UFJF e o lastro da proposta com o histórico do candidato. Sem nenhuma consideração sobre a  
111 etapa carta de interesse/memorial o Colegiado passou a análise do item 4.3 do edital referente à etapa  
112 de entrevista. O prof. Roberto apresentou preocupações com relação aos critérios de avaliação das  
113 entrevistas e com o peso três atribuído à nota, definido pela comissão. Os professores Vicente e  
114 Wagner afirmaram que todas as etapas do processo seletivo têm sua margem de subjetividade na  
115 formatação ou avaliação. O prof. Wagner disse, no entanto que a representatividade das linhas na  
116 comissão de processo seletivo, que está em três para um, sem questionar da capacidade de seus  
117 colegas, pode influenciar no padrão de notas. O prof. Miguel disse que as preocupações dos profs.  
118 Roberto e Wagner são legítimas, mas que valem não somente para a etapa de entrevista como para  
119 todas as outras. Colocada em votação foram aprovadas por unanimidade as disposições do edital  
120 referentes à terceira etapa de entrevista. Em seguida o prof. Vicente, em nome da comissão de processo  
121 seletivo, discorreu a respeito da quarta etapa, que consiste na avaliação curricular. Disse que a intenção  
122 foi equalizar a pontuação conferida à experiência acadêmica e à experiência profissional. O prof.  
123 Miguel disse que foi diminuída com relação ao edital passado, a pontuação atribuída ao histórico, uma  
124 vez que existem grandes dificuldades em se comparar históricos de alunos oriundos de instituições  
125 diversas e de cursos diversos. Explicou que na seleção passada o *gap* foi que os candidatos professores,  
126 com experiência profissional, alcançaram com facilidade a pontuação máxima no quesito, enquanto os  
127 candidatos de perfil acadêmico não conseguiram pontuação tão expressiva com publicação acadêmica,  
128 o que gerou grande disparidade de pontuação. Explicou que desse modo a comissão subiu o teto da  
129 pontuação de produção científica mais do que o teto da experiência profissional. O prof. Wagner disse  
130 que a queda de pontuação no histórico foi muito alta, e defendeu que esta é uma das grandes

131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196

oportunidades de avaliar a formação do candidato. Que a produção de artigos as vezes envolvem muitas pessoas, o que pode significar uma contribuição muito pequena do candidato. O prof. Miguel disse compartilhar a preocupação, mas disse porém que o índice de rendimento acadêmico, por exemplo, varia muito de curso para curso, como é reconhecido pela própria UFJF, para citar o caso da nossa universidade. O prof. Wagner sugeriu que a nota fosse então colocada em 20 pontos, uma faixa de pontuação intermediária. O prof. Geraldo identificou que faltou na tabela de publicação do edital se atribuir pontos não somente a publicação de capítulo de livro, mas também à publicação de livro em si. O prof. Miguel apresentou uma proposta de distribuição de pontos que foi aprovada por unanimidade pelo Colegiado: 20 pontos para histórico escolar; 10 pts. para formação complementar em nível de Pós-Graduação; 45 pts. para produção científica; 25 pts. para outras atividades acadêmicas e profissionais. O prof. Geraldo apresentou uma proposta distribuição de pontos para pontuação de produção específica, que foi igualmente aprovada por unanimidade pelo Colegiado: 10 pts. para a publicação Livro autoral publicado com Conselho Editorial; 9 pts. para Organização de livro com Conselho Editorial; 8 pontos para publicação de Capítulo de livro internacional com Conselho Editorial; 7 pontos para publicação Capítulo de livro nacional com Conselho Editorial. O Colegiado aprovou também por unanimidade a tabela de atribuição de pontuação *Outras atividades acadêmicas e profissionais (ligadas à área acadêmico-científica e profissional)* do item 4.6.6. Como último ponto foi colocada em discussão a atribuição de peso às etapas do processo seletivo. O prof. Roberto manifestou sua preocupação com o peso 3 atribuído à etapa de entrevistas dizendo porém ter confiança no trabalho da comissão de processo seletivo, de modo que não apresentou proposição de alteração. O prof. Miguel disse que o peso 3 atribuído à entrevista é alto porém não tão alto quando considerado em conjunto com o peso das outras etapas que não tem grande variação. Sem proposições de alteração, a distribuição de peso dentre as etapas do processo seletivo tal qual apresentada pela comissão na minuta de edital foi aprovada por unanimidade pelo Colegiado. O prof. Pedro e o Prof. Elias apontaram pequenos erros materiais no edital que precisam ser corrigidos. O Colegiado aprovou ainda por unanimidade o item 3.3.8.1. do edital, que diz que “em momento oportuno, dentro do período de realização do mestrado, o PP GEO-UFJ oferecerá prova para comprovação da suficiência em língua estrangeira para os candidatos aprovados.”. Nenhum outro ponto havendo para tratar e nem informe a ser relatado, lavei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada por mim, Bruno Goulart Cunha – servidor da Secretaria de Pós-Graduação do ICH, e demais presentes. Juiz de Fora, 01 de setembro de 2020.

---

Prof. Bruno Milanez

---

Prof.<sup>a</sup> Cássia de Castro Martins Ferreira

---

Prof.<sup>a</sup> Clarice Cassab Torres

---

XX  
Prof. César Henrique Barra Rocha

---

Prof. Elias Lopes de Lima

---

Prof. Geraldo César Rocha

---

XX  
Prof. Leonardo de Oliveira Carneiro

---

Prof.<sup>a</sup> Maria Lucia Pires Menezes

---

Prof. Miguel Fernandes Filippe

---

Prof. Pedro José de Oliveira Machado

---

Prof. Ricardo Tavares Zaidan

---

Prof. Roberto Marques Neto

---

Prof. Vicente Paulo dos Santos Pinto

---

Prof. Wagner Barbosa Batella

---

Aline de Vieira Souza (Representante discente)

---

XX  
Virgínia A. C. Martins (Representante discente)

197  
198  
199  
200  
201  
202

---

Bruno Goulart Cunha (TAE / servidor)

Ata aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_